

## *Early Childhood Education and Social Vulnerability: Challenges and Proposals for Inclusion*

Gabriela da Silva Lavor<sup>1</sup>  
Débora Benício Alves Oliveira<sup>1</sup>  
Francisca Ivoneide Benício Malaquias Alves<sup>1</sup>  
Maricélia Félix Andrade Bringel<sup>2</sup>

**Abstract:** This research investigates how social vulnerability affects the quality of early childhood education and children's development. The study seeks to identify the main risk factors, such as learning difficulties and school dropout, and to analyze the effectiveness of policies and programs to minimize these impacts. Through a qualitative approach, interviews with education professionals and document analysis were conducted. The results indicate that social vulnerability significantly impairs school performance, but that cooperation between school, community and family, through integrated support programs, can reduce these effects and promote a more inclusive educational environment.

**Keywords:** Early childhood education. Social vulnerability. Public policies.

## *Educação Infantil e Vulnerabilidade Social: Desafios e Propostas para a Inclusão*

**Resumo:** Esta pesquisa investiga como a vulnerabilidade social afeta a qualidade da educação infantil e o desenvolvimento das crianças. O estudo busca identificar os principais fatores de risco, como dificuldades de aprendizagem e evasão escolar, e analisar a eficácia de políticas e programas para minimizar esses impactos. Através de uma abordagem qualitativa, foram realizadas entrevistas com profissionais da educação e análise de documentos. Os resultados indicam que a vulnerabilidade social prejudica significativamente o desempenho escolar, mas que a cooperação entre escola, comunidade e família, por meio de programas de apoio integrados, pode reduzir esses efeitos e promover um ambiente educacional mais inclusivo.

**Palavras-chave:** Educação infantil. Vulnerabilidade Social. Políticas Públicas.

<sup>1</sup>Faculdade de Ciências Humanas do Sertão Central (FACHUSC);

<sup>2</sup>Corresponding author. Faculdade de Ciências Humanas do Sertão Central (FACHUSC). mariceliafelixandrade@gmail.com

## Introdução

A educação infantil é considerada uma fase fundamental no desenvolvimento integral das crianças, uma vez que é durante essa fase que se constroem as bases cognitivas, emocionais e sociais que moldarão sua trajetória escolar e de vida. Contudo, crianças que vivem em situação de vulnerabilidade social, enfrentam obstáculos adicionais que podem prejudicar esse processo. Fatores como a pobreza, a violência no lar, a carência de serviços essenciais e a desorganização familiar afetam diretamente o aprendizado e o crescimento infantil, demandando uma atenção especial tanto do governo quanto da sociedade civil (Rocha, 2001).

A vulnerabilidade social na primeira infância afeta milhões de crianças, especialmente em países em desenvolvimento. No Brasil, essa situação se agrava pela desigualdade socioeconômica, resultando em ambientes que não favorecem o desenvolvimento adequado das crianças (Munhoz et al., 2022). Segundo o IBGE (2021), cerca de 40% das crianças brasileiras vivem em lares com renda per capita inferior a meio salário mínimo, o que destaca a necessidade de políticas públicas eficazes para minimizar os efeitos dessa vulnerabilidade na educação.

Os reflexos dessa realidade se manifestam de diversas maneiras no ambiente escolar, prejudicando a aprendizagem da criança através das dificuldades de concentração, baixo desempenho acadêmico, problemas de comportamento e até mesmo a evasão escolar. Estudos mostram que a ausência de estímulos apropriados e de apoio emocional na infância inicial pode levar a deficiências que persistem ao longo da trajetória escolar da criança (Silva; Salles, 2010). Compreender as especificidades dessas crianças e implementar estratégias pedagógicas inclusivas e acolhedoras são passos fundamentais para enfrentar esses desafios.

A adoção de estratégias para enfrentar a vulnerabilidade social na educação infantil deve considerar a articulação entre diferentes áreas, como educação, saúde e assistência social. Projetos integrados que envolvem o ambiente escolar, famílias e comunidades têm se mostrado eficazes na criação de um ambiente seguro e favorável ao desenvolvimento infantil. Iniciativas como o Programa Criança Feliz demonstram resultados positivos ao oferecer acompanhamento domiciliar e suporte a famílias em situações vulneráveis, contribuindo para o desenvolvimento cognitivo e socioemocional das crianças (Santos et al., 2022; Brasil, 2020).

A vulnerabilidade social afeta de maneira considerável a qualidade da educação infantil impactando, tanto o desenvolvimento cognitivo, quanto o desenvolvimento socioemocional das crianças. Contudo, esse efeito negativo pode ser reduzido por meio da adoção de políticas e ações específicas que busquem oferecer apoio e promover a inclusão de crianças em situações de vulnerabilidade.

Perante o exposto, tomamos como problema de pesquisa, verificar de que forma, a vulnerabilidade social impacta significativamente no desenvolvimento educacional infantil.

Parte-se da hipótese de que a vulnerabilidade social impacta negativamente o desenvolvimento e o desempenho escolar das crianças na educação infantil, mas, a implementação de medidas específicas pode mitigar esses efeitos e promover uma educação inclusiva e de qualidade.

Este trabalho se justifica pela necessidade de investigar os impactos da vulnerabilidade e propor a implementação de medidas que sejam eficazes para que se possa enfrentar tal realidade. A pesquisa visa identificar estratégias que promovam uma educação inclusiva e de qualidade, como apoio psicossocial, formação de professores e parcerias comunitárias, garantindo um ambiente educacional seguro e estimulante.

Este estudo tem como objetivo geral analisar os impactos da vulnerabilidade social na qualidade da educação infantil e, avaliar a eficácia das medidas implementadas para enfrentar esses desafios. Os objetivos específicos foram: identificar os principais fatores da vulnerabilidade social que impactam o crescimento e o aprendizado das crianças na educação infantil e, analisar as políticas e estratégias implementadas por instituições de ensino e órgãos governamentais, com o objetivo de atenuar os impactos da vulnerabilidade social e facilitar a criação de um ambiente educacional mais justo.

Com o avanço desta pesquisa, adotamos uma abordagem metodológica que envolveu uma revisão bibliográfica, sustentada por autores que fomentaram resultados interessantes e promissores.

Dessa forma, adotamos uma abordagem qualitativa que integrou métodos dedutivos e indutivos. Trata-se de uma pesquisa que envolveu análise documental e revisão da literatura, com o objetivo de gerar conhecimentos mais atualizados e inovadores, razão pela qual utilizaremos ambos os métodos.

## **Definindo a educação infantil e a sua importância**

A educação infantil é a etapa inicial da educação básica, voltada para o desenvolvimento integral da criança até os 5 anos e 11 meses, abrangendo as dimensões física, psicológica, intelectual e social. Segundo as Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação Infantil, essa fase é crucial para estabelecer uma base sólida para futuras aprendizagens, complementando as interações familiares e comunitárias (BRASIL, 2010). A interação e o brincar são componentes essenciais, permitindo que as crianças adquiram conhecimentos e desenvolvam habilidades de maneira lúdica e significativa.

Segundo a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB) de 1996, essa fase é voltada para crianças de até seis anos, visando seu crescimento físico, psicológico, intelectual e social, além de complementar as ações da família e da comunidade. (BRASIL, 1996).

A importância da educação infantil é amplamente validada por numerosos estudiosos e pesquisadores. Segundo Cunha (2020), essa fase educacional oferece um ambiente propício e estimulante, essencial para o progresso cognitivo, emocional e social dos pequenos. Assim, a interação tanto entre as crianças quanto com os educadores desempenha um papel crucial no aprimoramento das competências sociais e emocionais.

Além disso, a educação infantil desempenha um papel fundamental na preparação das crianças para o contexto escolar. De acordo com Oliveira (2019), as vivências proporcionadas na educação infantil permitem que os pequenos desenvolvam competências essenciais, como a habilidade de respeitar regras, colaborar com os demais e solucionar conflitos. Essas competências são vitais para alcançarem êxito nos estudos e se adaptarem ao ambiente educacional.

Outro aspecto importante da educação infantil é o fomento ao crescimento cognitivo. Nessa etapa, as crianças participam de diversas atividades lúdicas e educativas que favorecem o aprimoramento de competências como a comunicação, o raciocínio lógico e a criatividade. Pesquisas indicam que crianças que passam pela educação infantil tendem a ter um aproveitamento acadêmico superior durante toda a sua vida escolar (Silva, 2021).

A educação infantil é fundamental para o desenvolvimento emocional das crianças. De acordo com Talhão (2022), é nesse período que elas iniciam o aprendizado de como gerenciar suas emoções, expressá-las de maneira saudável e cultivar a empatia.

Segundo Talhão (2022):

É de conhecimento geral que, cada vez mais, as crianças necessitam de desenvolver e conhecer ferramentas que as ajudem a acalmar-se e a gerir conflitos. Para tal, é necessário que lhes seja proporcionada uma Educação Emocional desde os primeiros anos (Talhão, 2018 p. 38).

Além das vantagens cognitivas e emocionais, a educação infantil desempenha um papel crucial no desenvolvimento físico das crianças. Ações como brincar ao ar livre, participar de jogos e realizar exercícios físicos são essenciais para aprimorar a coordenação motora, a força e a resistência. Segundo Almeida (2017), a prática constante de atividades físicas durante a infância ajuda a estabelecer hábitos saudáveis que se mantêm por toda a vida.

A educação infantil tem um papel fundamental na promoção da igualdade social. Conforme destacado por Freire *et al.* (2019):

A educação é uma poderosa ferramenta para a construção de uma sociedade mais justa e equitativa. Ela reflete uma mudança profunda no modo como encaramos a diversidade e a igualdade, e seus avanços são dignos de comemoração. No entanto, a jornada rumo a uma sociedade plenamente inclusiva está repleta de desafios que exigem compromisso, colaboração e determinação contínuos (Freire *et al.*, 2019 p. 7).

Outro ponto relevante é a formação de valores e atitudes na educação infantil, pois, é nessa fase que as crianças começam a internalizar valores como respeito, solidariedade e cooperação. A educação infantil, portanto, desempenha um papel fundamental na formação de cidadãos conscientes e responsáveis (Pereira, 2019).

A participação da família na educação infantil também é essencial, a parceria entre família e escola é fundamental para o desenvolvimento integral da criança. A comunicação constante e a colaboração entre pais e educadores contribuem para um ambiente educativo mais harmonioso e eficaz (Lima, 2020).

A educação infantil é um direito assegurado pela Constituição Federal de 1988 e deve estar disponível para todas as crianças. Apostar na educação das crianças é apostar no futuro da sociedade, visto que crianças bem-ensinadas aumentam suas possibilidades de se tornarem adultos bem-sucedidos e cidadãos conscientes de seus direitos e deveres. (Brasil, 1988).

Portanto, é importante ressaltar que a educação infantil não apenas prepara as crianças para o ambiente escolar, mas também para a vida em sociedade. Ao proporcionar um espaço onde elas podem explorar, brincar e aprender, estamos investindo no futuro de

nossa sociedade. Através de uma educação infantil de qualidade, garantimos que todas as crianças tenham a oportunidade de desenvolver seu potencial máximo, independentemente de suas circunstâncias. Assim, reafirmo a importância de continuarmos a valorizar e investir nessa etapa crucial da educação, pois é nela que plantamos as sementes para um futuro mais justo e igualitário.

### **Os principais fatores da vulnerabilidade social que impactam o crescimento e o aprendizado das crianças na educação infantil**

A vulnerabilidade social é um fenômeno complexo que influencia diretamente o desenvolvimento das crianças, especialmente no âmbito educacional. Vários elementos estão envolvidos nessa vulnerabilidade, prejudicando tanto o crescimento quanto o aprendizado dos pequenos na educação infantil.

A pobreza é um fator significativo que afeta o desenvolvimento cognitivo e emocional das crianças em situações de risco. A falta de recursos financeiros limita o acesso a materiais educativos, alimentação adequada e ambientes de aprendizagem, impactando o crescimento integral. Pesquisas mostram que a pobreza está associada a baixo desempenho acadêmico e alta evasão escolar, além de criar um ambiente familiar estressante, prejudicando a saúde mental das crianças (Garcia; Hillesheim, 2017).

Segundo Cristovam *et al.* (2024), a insegurança alimentar impacta diretamente o desenvolvimento infantil. A falta de acesso a uma dieta saudável pode causar deficiências nutricionais que afetam tanto o desenvolvimento físico quanto o cognitivo. Essa insegurança está associada à dificuldade de concentração e ao baixo desempenho escolar. Crianças com acesso limitado a refeições equilibradas enfrentam maiores desafios na aprendizagem, e a desnutrição crônica pode resultar em atrasos no desenvolvimento motor e cognitivo.

A violência doméstica é um fator que afeta o aprendizado das crianças. Lares com abusos físicos ou emocionais criam um ambiente de medo e insegurança, comprometendo a concentração e a assimilação de conhecimentos. A exposição constante à violência pode gerar dificuldades comportamentais e emocionais, impactando negativamente o rendimento escolar. Crianças nessas condições frequentemente apresentam sinais de ansiedade e depressão, prejudicando ainda mais seu processo de aprendizado (Pereira; Williams, 2008).

Além disso, a falta de acesso a serviços de saúde de qualidade também contribui para a vulnerabilidade social. Crianças que não recebem cuidados médicos adequados estão

mais suscetíveis a doenças e condições crônicas que interferem no aprendizado (Palmeiran *et al.*, 2022).

A desigualdade de acesso à educação é outro fator determinante. Em muitas regiões, a qualidade da educação oferecida varia significativamente, com escolas em áreas mais pobres frequentemente carecendo de recursos básicos, como materiais didáticos e professores qualificados. Essa desigualdade perpetua o ciclo de pobreza e limita as oportunidades de desenvolvimento das crianças. A falta de infraestrutura adequada nas escolas, como bibliotecas e laboratórios, também contribui para essa desigualdade (Soares; Alves; Franco, 2012).

Além da desigualdade de acesso à educação, a falta de apoio familiar desempenha um papel importante, pois crianças em lares onde os pais não têm tempo ou recursos para apoiar as atividades escolares enfrentam maiores desafios no aprendizado (Dias; Barroso, 2023). O envolvimento dos pais é crucial para o sucesso acadêmico, e sua ausência pode resultar em desempenho escolar inferior. A falta de estímulo em casa pode levar ao desinteresse pela escola e baixo rendimento.

Para Iriart e Castellanos (2023) outro fator relevante que tem impacto no desenvolvimento educacional é a discriminação e exclusão social. Crianças de minorias étnicas, raciais ou socioeconômicas frequentemente enfrentam preconceitos que afetam sua autoestima e motivação para aprender. A discriminação pode criar barreiras adicionais ao acesso à educação de qualidade e ao desenvolvimento pleno das crianças. A exclusão social pode levar ao isolamento e à falta de interação com os colegas, prejudicando o desenvolvimento social e emocional.

A falta de infraestrutura adequada nas escolas também é um fator que impacta o aprendizado. Escolas sem instalações adequadas, como bibliotecas, laboratórios e áreas de recreação, não conseguem proporcionar um ambiente de aprendizagem estimulante e seguro. A infraestrutura escolar é fundamental para o desenvolvimento cognitivo e social das crianças. A ausência de espaços adequados para atividades físicas e recreativas pode afetar negativamente o desenvolvimento motor e a saúde das crianças (Vasconcelos *et al.*, 2021).

A exposição a ambientes urbanos degradados afeta negativamente o desenvolvimento infantil e pode levar a problemas de saúde e a um aumento do estresse. Crianças que vivem em áreas com alta criminalidade, poluição e falta de espaços verdes têm menos oportunidades para brincar e explorar de forma segura. A falta de espaços seguros

para brincar e socializar pode prejudicar o desenvolvimento físico e social das crianças (Halpern; Figueiras, 2004).

Por fim, a falta de políticas públicas eficazes para combater a vulnerabilidade social perpetua desigualdades. Políticas que garantam acesso a serviços básicos, como saúde, educação e assistência social são essenciais para reduzir os impactos da vulnerabilidade no desenvolvimento infantil e podem criar um ambiente mais equitativo e favorável ao aprendizado. A ausência de investimento em programas de apoio à infância pode resultar em oportunidades perdidas para intervenções precoces (Silva; Veríssimo; Mazza, 2015).

É fundamental reconhecer que a vulnerabilidade social afeta o desenvolvimento infantil, especialmente na educação. A pobreza, insegurança alimentar, violência doméstica, falta de acesso à saúde e desigualdade educacional criam barreiras ao aprendizado e crescimento das crianças. Políticas públicas e iniciativas sociais devem ser implementadas para mitigar esses impactos e promover um ambiente equitativo. Assim, será possível garantir que todas as crianças alcancem seu pleno potencial, independentemente de suas circunstâncias socioeconômicas.

### **Políticas e estratégias implementadas para superar a vulnerabilidade social frente à educação infantil**

A educação infantil é uma fase crucial no desenvolvimento das crianças, especialmente aquelas que vivem em condições de vulnerabilidade social. A implementação de políticas e estratégias eficazes é essencial para garantir que essas crianças tenham acesso a uma educação de qualidade, que possa mitigar os efeitos negativos da vulnerabilidade social.

Uma das principais políticas implementadas é o Programa Bolsa Família (PBF), criado em 2003, que visa garantir a permanência das crianças na escola ao oferecer auxílio financeiro às famílias de baixa renda. Considerado um dos maiores programas de transferência de renda condicionada do mundo, o PBF atende milhões de famílias em situação de pobreza e extrema pobreza, condicionando o benefício ao cumprimento de compromissos nas áreas de saúde e educação (Mundim et al., 2019).

O PBF promove um ambiente mais favorável ao aprendizado, aliviando a pressão financeira sobre as famílias e permitindo que os pais invistam mais tempo e recursos na educação dos filhos. Além disso, incentiva a regularidade nas consultas médicas e

vacinação, contribuindo para a saúde e o bem-estar das crianças, fatores essenciais para um bom desempenho escolar.

A frequência escolar entre crianças e adolescentes beneficiários do programa é superior à média nacional, o que indica um impacto positivo na permanência escolar. Além disso, o PBF tem sido associado a melhorias no desempenho acadêmico, refletidas em notas mais altas e menores taxas de repetência.

Os Conselhos Tutelares, criados pelo Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA) em 1990, são fundamentais para proteger os direitos de crianças e adolescentes. Esses órgãos autônomos fiscalizam o cumprimento das políticas públicas na educação infantil, garantindo que crianças em situação de vulnerabilidade tenham acesso aos seus direitos básicos. Além disso, atuam na identificação e encaminhamento de casos de negligência, abuso e exploração, colaborando com escolas, unidades de saúde e outras instituições (Brasil, 1990; Reis, 2011).

Os Conselhos Tutelares também orientam e apoiam as famílias, promovendo ações para fortalecer os vínculos familiares e comunitários. Estudos indicam que a atuação ativa desses conselhos ajuda a reduzir a evasão escolar e melhora o desempenho acadêmico, garantindo um ambiente seguro para o aprendizado. Assim, os Conselhos Tutelares não apenas protegem os direitos de crianças e adolescentes, mas também favorecem seu desenvolvimento integral.

A formação continuada dos professores para lidar com a diversidade e as particularidades das crianças em vulnerabilidade social. Esse processo permite que os educadores aprimorem seus conhecimentos e adquiram novas competências, promovendo uma educação inclusiva e de excelência.

Esses programas abordam temas como metodologias de ensino diferenciadas, gestão de sala de aula, inclusão de alunos com necessidades especiais e estratégias para promover a equidade educacional. A formação continuada também oferece suporte aos professores para identificar e intervir em situações de risco, como violência doméstica e abuso. A capacitação contínua dos educadores é crucial para criar um ambiente escolar acolhedor e seguro, onde todas as crianças possam desenvolver seu potencial máximo (Moreto, 2020).

A implementação de programas de alimentação escolar é outra medida importante. Garantir que as crianças tenham acesso a uma alimentação saudável e balanceada é fundamental para o seu desenvolvimento físico e cognitivo. O Programa Nacional de

Alimentação Escolar (PNAE), instituído pela Lei nº 11.947/2009, é um dos principais programas nesse âmbito no Brasil. Ele visa atender estudantes da educação básica pública, fornecendo refeições que cubram suas necessidades nutricionais durante o período letivo (Brasil, 2009; Kroth; Geremia; Mussio, 2020).

De acordo com Silva e Almeida (2023), o PNAE tem resultados positivos na melhoria do desempenho e na redução da evasão escolar. A alimentação adequada contribui para a concentração e o rendimento dos alunos, além de promover hábitos alimentares saudáveis.

A promoção de atividades extracurriculares complementa a educação formal, oferecendo às crianças oportunidades de desenvolver habilidades e talentos em áreas como esportes, artes e música. Essas atividades são essenciais para o desenvolvimento integral dos alunos, pois proporcionam um ambiente para explorar interesses pessoais e descobrir novas paixões, além de desenvolver competências além do currículo tradicional. Participar dessas atividades permite que as crianças aprimorem habilidades sociais, como trabalho em equipe, comunicação e liderança (Tsang; McCullough; Hoyt, 2005).

Isso mostra que essas atividades podem desempenhar um papel importante na inclusão social, oferecendo um espaço onde crianças de diferentes origens e habilidades podem interagir e aprender juntas. Portanto, a promoção de atividades extracurriculares não só complementa a educação formal, mas também contribui para a formação de indivíduos mais completos e preparados para os desafios da vida.

A implementação de programas de saúde escolar é crucial para garantir que as crianças tenham acesso a cuidados médicos e odontológicos, prevenindo doenças e promovendo o bem-estar. Um exemplo é o Programa Saúde na Escola (PSE), instituído em 2007, que integra as políticas de saúde e educação para promover a saúde dos alunos da rede pública. O PSE abrange práticas corporais, atividades físicas, prevenção ao uso de álcool e drogas, além da promoção da saúde bucal e ocular (Brasil, 2007).

Além disso, a presença de profissionais de saúde nas escolas facilita o acesso a vacinas e a realização de exames periódicos, contribuindo para a redução de faltas escolares por motivos de saúde. A articulação entre as equipes de saúde e educação também fortalece a criação de um ambiente escolar saudável, onde os alunos podem aprender sobre hábitos de vida saudáveis e a importância da prevenção de doenças (Almeida et al., 2024)

Assim, programas de saúde escolar não apenas melhoram a saúde física e mental dos estudantes, mas também promovem um ambiente propício ao aprendizado e ao desenvolvimento integral.

A criação de políticas contra o trabalho infantil é essencial para que as crianças se dediquem aos estudos. No Brasil, o Programa de Erradicação do Trabalho Infantil (PETI), criado em 1996, é uma das principais iniciativas. O PETI combina transferências de renda, trabalho social com famílias e atividades socioeducativas para crianças e adolescentes retirados do trabalho. Essas ações são fundamentais para romper o ciclo de pobreza e garantir acesso à educação e um ambiente seguro para o desenvolvimento (Freitas; Custódio, 2024).

Além disso, A integração do PETI com o Programa Bolsa Família em 2005 fortaleceu a rede de proteção social, ampliando o alcance das políticas públicas e beneficiando mais crianças. A continuidade e o fortalecimento dessas iniciativas são essenciais para garantir que todas as crianças possam se desenvolver plenamente, livres do trabalho infantil.

A garantia de transporte escolar para crianças em áreas rurais ou de difícil acesso é essencial para assegurar o acesso à educação. No Brasil, programas como Caminho da Escola e o Programa Nacional de Apoio ao Transporte do Escolar (PNATE) são fundamentais para atender essa demanda. Eles fornecem recursos para que estados e municípios ofereçam transporte escolar adequado, inclusive em regiões remotas (Sampaio; Sampaio; Araujo, 2024).

Portanto, a implementação de políticas e estratégias eficazes é essencial para superar a vulnerabilidade social na educação infantil. Medidas como o Programa Bolsa Família, formação continuada de professores, práticas pedagógicas inclusivas e atividades extracurriculares têm mostrado resultados positivos na qualidade da educação no Brasil. É fundamental que essas políticas sejam continuamente avaliadas e aprimoradas para garantir que todas as crianças tenham acesso a uma educação de qualidade, independentemente de suas condições socioeconômicas.

## **Metodologia**

Complementarmente a revisão da literatura sobre a temática, este estudo foi realizado na localidade de Serrita, no estado de Pernambuco, em setembro de 2024, em uma instituição vinculada à rede municipal de ensino. Trata-se de uma pesquisa de natureza qualitativa.

Segundo Gil (1999), a pesquisa qualitativa é caracterizada pela sua subjetividade em relação ao objeto de estudo. Ela aborda a dinâmica do problema investigado e busca descrever e interpretar os componentes de um sistema complexo de significados, sem se preocupar em mensurar os fenômenos, pois sua essência está na compreensão do contexto em que estes se manifestam.

O estudo foi desenvolvido em ambiente escolar e com dados referentes as situações de vulnerabilidade social. Foram realizadas entrevistas com duas professoras da Educação Infantil e uma Assistente Social, com a finalidade de explorar algo mais sobre as suas experiências, e sobre as percepções e desafios enfrentados pelas famílias em situações vulnerabilidade social.

## **Resultados e Discussão**

Por meio de uma perspectiva qualitativa focada em investigar o efeito da vulnerabilidade social na educação infantil, almeja-se com este artigo destacar como a vulnerabilidade social impacta de maneira significativa na educação das crianças, além de apresentar também medidas e estratégias para driblar a vulnerabilidade social.

O estudo se desenvolveu também no ambiente escolar, onde foram aplicados questionários por meio de entrevista, para professores e assistentes sociais.

Durante a entrevista, com as professoras (P1 e P2), foi indagado se a mesmas consideravam que as crianças, em sua comunidade, vivem em situação de vulnerabilidade social. Em resposta, foi exposto que muitas crianças de sua comunidade vivem em situação de vulnerabilidade, principalmente devido a fragilidade da estrutura familiar, a falta de apoio emocional e educacional. Na entrevista realizada à assistente social(A1), foi perguntado quais indicadores eram utilizados para identificar a vulnerabilidade social. Como resposta, foi citado renda familiar, nível de escolaridade, acesso a serviço de saúde, condição de habitação, ocupação, entre outros.

Corroborando com o estudo realizado por Garcia e Hillesheim (2017), que explicam como a pobreza traz prejuízo ao desenvolvimento educacional, uma vez que, a escassez de recursos financeiros restringe a disponibilidade de materiais educativos, alimentação adequada e ambientes de aprendizagem que fomentem o crescimento.

O acesso limitado a saúde também tem impacto direto no aprendizado da criança, pois, segundo Palmeiran *et al.* (2022) a Crianças que não recebem cuidados médicos adequados estão mais propensas a doenças e condições crônicas que podem interferir no aprendizado.

Durante a entrevista com a professora (P1), foi perguntado quais eram os principais reflexos da vulnerabilidade no desenvolvimento da criança em idade pré-escolar, onde a mesma citou como resposta: déficit cognitivo, problemas de socialização, desnutrição e falta de acesso a materiais didáticos.

Isso pode ser explicado por Cunha (2020), em seu estudo ele afirma que o ambiente propício para a educação da criança é essencial para o progresso cognitivo, emocional e social dos pequenos. Outro estudo realizado por Cristovam *et al.* (2024) afirma que, crianças que não têm acesso a refeições frequentes e equilibradas enfrentam maiores desafios na aprendizagem e no seu crescimento.

Na entrevista com a professora (P2) e com a assistente social(A1), estas foram abordadas sobre quais medidas poderiam ser tomadas para minimizar os impactos da vulnerabilidade na educação infantil ao qual responderam: cooperação entre escola e a comunidade, implementação de programas de apoio que integrem educação e assistência social, participação ativa da família na educação da criança, capacitação continuada dos professores, parcerias com órgãos não governamentais, expansão de creches, financiamento adequado, entre outros.

Com isso, foi visto que a mitigação dos impactos da vulnerabilidade na educação infantil requer uma abordagem integrada e colaborativa. Essas medidas são essenciais para criar um ambiente educativo de qualidade e, que promova o desenvolvimento saudável das crianças.

## **Considerações Finais**

A vulnerabilidade social impacta profundamente a educação infantil. As entrevistas realizadas com professores e assistente social indicaram que a fragilidade da estrutura

familiar, a falta de apoio emocional e educacional, e o acesso limitado a recursos básicos afetam o desenvolvimento das crianças. Dessa forma, torna-se imperativo implementar medidas eficazes para mitigar esses efeitos, como a cooperação entre escola e comunidade, programas de apoio integrados e a participação ativa da família e da sociedade. Somente por meio de um esforço conjunto e contínuo é possível criar um ambiente mais equitativo e propício ao desenvolvimento integral das crianças.

Os professores, assistentes sociais, entre outros profissionais, enfrentam desafios como, falta de recursos e a ineficácia de políticas públicas, que precisam ser mais robustas. São sugeridas políticas públicas de assistência social, educação e saúde, além da importância da articulação entre os diferentes serviços. Portanto, recomenda-se capacitações profissionais e investimentos em educação de qualidade como medidas preventivas essenciais.

## Referências

ALMEIDA, João. A importância da atividade física na educação infantil. **Revista Brasileira de Educação Física**, v. 29, n. 2, p. 123-135, 2017.

ALMEIDA, Leonardo Ferreira et al. BNCC e Programa Saúde na Escola (PSE): os (des) caminhos da interdisciplinaridade e da intersetorialidade. **Revista EDaPECI**, v. 24, n. 1, p. 53-66, 2024.

BRASIL. **Constituição da República Federativa do Brasil de 1988**. Brasília, DF: Senado Federal, 1988.

BRASIL. **Decreto no 6.286**, de 5 de dezembro de 2007. Institui o Programa Saúde na Escola – PSE, e dá outras providências. Disponível em: [https://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/\\_ato2007-2010/2007/decreto/d6286.htm](https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2007-2010/2007/decreto/d6286.htm). Acesso em: 20 set. 2024.

BRASIL. Estatuto da Criança e do Adolescente. **Lei nº 8.069**, de 13 de julho de 1990. Disponível em: [https://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/leis/l8069.htm](https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/l8069.htm). Acesso em: 23 set. 2024.

BRASIL. Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional. **Lei n. 9.394**, de 20 de dezembro de 1996. Brasília, DF: Senado Federal, 1996.

BRASIL. **Lei Nº 11.947**, de 16 de junho de 2009. Diretrizes de execução do PNAE, Brasília, 16 junho 2009. Disponível em: [https://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/\\_ato2007-2010/2009/lei/l11947.htm](https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2007-2010/2009/lei/l11947.htm). Acesso em: 23 set. 2024.

BRASIL. **Ministério da Educação**. Secretaria de Educação Básica. Diretrizes curriculares nacionais para a educação infantil. Brasília: MEC, SEB, 2010.

BRASIL. **Ministério do Desenvolvimento e Assistência Social, Família e Combate à Fome**. O programa Criança Feliz. 2020. Disponível em: <https://www.gov.br/mds/pt-br/acoes-e-programas/crianca-feliz/o-programa-1>. Acesso em: 01 set. 2024.

CRISTOVAM, Beatriz Silva et al. Impactos da insegurança alimentar e nutricional no desenvolvimento infantil. **Revista Eletrônica Acervo Científico**, v. 47, p. e14876-e14876, 2024.

CUNHA, Maria. A educação infantil e o desenvolvimento integral da criança. **Revista de Educação Infantil**, v. 15, n. 1, p. 45-58, 2020.

DIAS, D.; BARROSO, R. ENVOLVIMENTO PARENTAL NA ESCOLA: PERSPETIVAS DE PAIS E FILHOS. **Psicologia Escolar e Educacional**, v. 27, p. e242143, 2023. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/pee/a/tt4rYPfRvFCNpsnTtFdTBpC/>. Acesso em: 15 set. 2024.

FREITAS, H. N. DE; CUSTÓDIO, A. V. As políticas públicas de enfrentamento do trabalho infantil no Brasil. **Passagens: Revista Internacional de História Política e Cultura Jurídica**, v. 16, n. 1, p. 93-110, 16 fev. 2024.

FREIRE, Gabriel Rodrigues Garcia Lima *et al.* EDUCAÇÃO INCLUSIVA: AVANÇOS E DESAFIOS NA CONSTRUÇÃO DE UMA SOCIEDADE MAIS JUSTA”, **Revistaft**, v. 28, n. 131, p. 27, fev. 2024.

GARCIA, A. V.; HILLESHEIM, J. Pobreza e desigualdades educacionais: uma análise com base nos Planos Nacionais de Educação e nos Planos Plurianuais Federais. **Educar em Revista**, ed.2, p. 131–147, 2017. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/er/a/s4Z4xXszc389JhTJKvr7kXv/> Acesso em: 15 set. 2024

GIL, A. C. **Métodos e técnicas de pesquisa social**. 5.ed. São Paulo: Atlas, 1999.

HALPERN, R.; FIGUEIRAS, A. C. M. Influências ambientais na saúde mental da criança. **Jornal de Pediatria**, v. 80, n. 2, p. 104–110, abr. 2004. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/jped/a/TzsQpFygsrFwvLRbbSkCtbm/>. Acesso em 15 set. 2024

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA (IBGE). **Síntese de indicadores sociais**: uma análise das condições de vida da população brasileira. Rio de Janeiro: IBGE, 2021. Disponível em: <https://www.ibge.gov.br/>. Acesso em: 01 set. 2024.

IRIART, J. A. B.; CASTELLANOS, M. E. P. Preconceito, discriminação e exclusão em saúde. **Ciência & Saúde Coletiva**, v. 28, n. 1, p. 4–4, jan. 2023. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/csc/a/wxsfqyjYmzY3dsP595SrVsk/>. Acesso em: 15 set. 2024.

KROTH, Darlan Christiano; GEREMIA, Daniela Savi; MUSSIO, Bruna Roniza. Programa Nacional de Alimentação Escolar: uma política pública saudável. **Ciência & Saúde Coletiva**, v. 25, p. 4065-4076, 2020.

LIMA, José. A parceria entre família e escola na educação infantil. **Educação em Debate**, v. 25, n. 2, p. 67-79, 2020.

MORETO, J. A. Formação continuada de professores - professores excelentes: proposições do Banco Mundial. **Revista Brasileira de Educação**, v. 25, p. e250047, 2020. Disponível em: <https://www.scielo.br/art1>. Acesso em: 20 set. 2024.

MUNDIM, P. S. et al. O Programa Bolsa Família e seus beneficiários na opinião pública brasileira. **Opinião Pública**, v. 25, n. 3, p. 556-576, nov. 2019. Disponível em: <https://www.scielo.br/art2>. Acesso em: 20 set. 2024.

MUNHOZ, T. N. et al. Fatores associados ao desenvolvimento infantil em crianças brasileiras: linha de base da avaliação do impacto do Programa Criança Feliz. **Cadernos de Saúde Pública**, v. 38, n. 2, 2022. Disponível em: <https://doi.org/10.1590/0102-311X00316920>. Acesso em: 2 set. 2024.

OLIVEIRA, Ana. A preparação para a vida escolar na educação infantil. **Educação em Foco**, v. 22, n. 3, p. 67-79, 2019.

PALMEIRAN, N. C. *et al.* Análise do acesso a serviços de saúde no Brasil segundo perfil sociodemográfico: Pesquisa Nacional de Saúde, 2019. **Epidemiologia e Serviços de Saúde**, Brasília, v. 31, n. 3, p. 1-13, 2022. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/ress/a/jhSpt69k9S4WNspf7Pj5pbP/>. Acesso em: 15 set. 2024.

PEREIRA, Lucas. A formação de valores na educação infantil. **Revista de Educação e Valores**, v. 10, n. 2, p. 89-101, 2019.

PEREIRA, P. C.; WILLIAMS, L. C. DE A. A concepção de educadores sobre violência doméstica e desempenho escolar. **Psicologia Escolar e Educacional**, v. 12, n. 1, p. 139-152, jun. 2008.

REIS, Jair Teixeira. Conselhos tutelares e conselhos de direitos da criança e do adolescente. **Âmbito Jurídico**, 1 nov. 2011. Disponível em: <https://ambitojuridico.com.br/conselhos-tutelares-e-conselhos-de-direitos-da-crianca-e-do-adolescente/>. Acesso em: 23 set. 2024.

ROCHA, Eloisa Acires Candal. A pedagogia e a educação infantil. **Revista Brasileira de Educação**, v. 16, n. 1, p. 45-60, 2001. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/rbedu/a/v3P9wYtgnVDf3DcVcywdLSK/>. Acesso em: 31 ago. 2024.

SAMPAIO, M. A. DOS S.; SAMPAIO, M. O. DOS S.; ARAUJO, J. A. Efeitos do Programa Nacional de Apoio ao Transporte Escolar sobre os estabelecimentos rurais de educação infantil. **Revista de Economia e Sociologia Rural**, v. 62, n. 4, p. e278422, 2024.

SANTOS, I. S. et al. Avaliação do Programa Criança Feliz: um estudo randomizado em 30 municípios brasileiros. **Ciência & Saúde Coletiva**, v. 27, n. 12, p. 433-457, 2022. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/csc/a/h7WtvjnnNzxbdssY6hQ4j6C/>. Acesso em: 2 set. 2024.

SILVA, Priscila dos Santos; ALMEIDA, Cristiane Costa de. Programa Nacional de Alimentação Escolar (Pnae): Política Pública de Garantia de Alimentação Saudável e Nutricional que Auxilia no Processo de Aprendizagem e na Superação da Vulnerabilidade. **Revista Ibero-Americana de Humanidades, Ciências e Educação**. v. 9, n. 4, p. 9370–9395, 2023. Disponível em: <https://periodicorease.pro.br/rease/article/view/9739>. Acesso em: 9 out. 2024.

SILVA, Carla. A influência da educação infantil no desempenho acadêmico. **Estudos em Educação**, v. 18, n. 4, p. 112-125, 2021.

SILVA, Daniel Ignacio da; VERÍSSIMO, Maria de La Ó Ramallo; MAZZA, Verônica de Azevedo. **Vulnerabilidade no desenvolvimento infantil: influência das políticas públicas e programas de saúde**. *Journal of Human Growth and Development*, São Paulo, v. 25, n. 1, p. 11-18, mar. 2015. Disponível em: <https://pepsic.bvsalud.org/pdf>. Acesso em: 15 set. 2024.

SILVA, Joyce Mary Adam de Paula e; SALLES, Leila Maria Ferreira. A violência na escola: abordagens teóricas e propostas de prevenção. **Educação em Revista**, v. 26, n. spe2, p. 125-148, 2010. Disponível em: <https://doi.org/10.1590/S0104-40602010000500013>. Acesso em: 31 ago. 2024.

SOARES, José Francisco; ALVES, Maria Teresa Gonzaga; FRANCO, Creso. **Desigualdades Educacionais no Brasil Contemporâneo: Definição, Medida e Resultados**. Dados, Rio de Janeiro, v. 55, n. 3, p. 719-757, 2012. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/dados/a/x4zKhjLQ5tv7Tx3RrWPtnj/>. Acesso em: 15 set. 2024.

TALHÃO, Sandra Margarida Simão. **Um Percurso Reflexivo sobre a Prática Pedagógica e a abordagem às emoções desde a Educação de Infância**. 2022. Tese de Doutorado.

TSANG, J. A.; MCCULLOUGH, M. E.; HOYT, W. T. Extracurricular activities and adolescent development. *Journal of Social Issues*, v. 62, n. 1, p. 113-133, 2005. Disponível em: <https://doi.org/10.1111/j.1540-4560.2005.00432.x>. Acesso em: 23 set. 2024.

VASCONCELOS, J. C. et al. Infraestrutura escolar e investimentos públicos em Educação no Brasil: a importância para o desempenho educacional. **Ensaio: Avaliação e Políticas Públicas em Educação**, v. 29, n. 113, p. 874–898, out. 2021.



#### **How to cite this article (APA format):**

Lavor, G.S.; Oliveira, D.B.A.; Alves, F.I.B.M.; Bringel, M.F.A. (2024). Educação Infantil e Vulnerabilidade Social: Desafios e Propostas para a Inclusão. *Am. In. Mult. J.*, Nov. (16) 8, 24-40.